



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

## **EDITORIAL**

### **DESAFIOS HUMANITÁRIOS NA ERA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: COP 30, PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

Wagner Vinhas<sup>1</sup>

Com satisfação, apresentamos o dossiê "**Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**" da revista Artífices. O dossiê busca refletir sobre o percurso, os avanços e os desafios das Conferências das Partes, bem como sobre os impactos das mudanças climáticas para o desenvolvimento humano e sustentável. O presente volume procura responder perguntas como: quais foram os avanços e quais são os desafios ao longo desses 30 anos das Conferências das Partes? Quais são as disputas - e quem são os atores sociais - em torno das narrativas sobre mudança e crise climática? Qual é o papel do Estado e da sociedade civil na elaboração de planos e metas para garantir e estabelecer os compromissos em comum? Quais são as motivações, tensões e/ou cooperações em torno da relação entre Estado e sociedade civil?

O dossiê engloba trabalhos que enfocam as temáticas em discussão nas Conferências das Partes e que dialogam com questões das Humanidades - Educação, Trabalho, Ciência e Cultura - refletindo sobre a trajetória, os objetivos, os atores sociais, os avanços e os desafios que estão colocados. Assim, o dossiê propõe colocar luz sobre a relação entre as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável, discutindo, por exemplo, os esforços para reduzir as desigualdades sociais, econômicas e climáticas, bem como as motivações e as relações entre os atores sociais.

---

<sup>1</sup> Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e editor chefe da Revista Acadêmica em Humanidades, Artífices.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Entre 10 e 22 de novembro de 2025, na cidade de Belém, estado do Pará, estima-se que passaram mais de quinhentas mil pessoas pela COP 30, entre líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais, nacionais e internacionais, representantes da sociedade civil, de governos e do setor privado. Conforme divulgado pelos canais oficiais, 28 chefes de Estado estiveram presentes na 30ª Conferência, sendo 15 presidentes de repúblicas, 11 primeiros-ministros e 2 líderes das realezas. A COP 30 contou ainda com a participação de mais de 150 cientistas, distribuídos entre as 30 reuniões ocorridas durante o evento, além da presença de representantes de comunidades tradicionais, agricultores, empreendedores, lideranças comunitárias e religiosas. A Cúpula dos Povos mobilizou movimentos sociais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos em torno dos debates sobre a justiça climática e soluções para mitigar as crises cada vez mais frequentes em todo o planeta.

Como era esperado, houve avanços, mas também resistências em relação às medidas necessárias para conter o aumento da crise climática e ambiental. Entre os progressos, podemos destacar a ampliação dos financiamentos destinados a países em desenvolvimento e vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, bem como os acordos sobre a adaptação às mudanças no clima e eventos climáticos extremos. Em ambos os casos, podemos considerar que houve avanços em relação às COP's anteriores, mas ainda insuficientes para atingir as metas estabelecidas pela ciência climática. Um dos acordos mais esperados, mas que acabou sem um consenso entre as partes, foi a recomendação de redução gradativa no uso de combustíveis fósseis, o que levou ao enfraquecimento da proposta de transição energética. A razão principal, apontada por muitos líderes, foi a dependência que muitos países ainda possuem dos combustíveis fósseis. É claro que devemos levar em consideração o lobby dos produtores de petróleo em relação a essa matéria.

Nos últimos dois anos, desde 2023, houve um aumento exponencial da temperatura climática global e, pela primeira vez, alcançamos 1,5° acima dos níveis que antecedem a era industrial. Em consequência, temos presenciado o aumento dos



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

fenômenos climáticos extremos, como as desertificações e as inundações. Parafraseando Eric Hobsbawm, estamos vivendo a era dos extremos climáticos e ambientais.

O primeiro marco em relação ao controle dos agentes que afetam o clima e o meio ambiente foi o Protocolo de Montreal, assinado em 1987, estabelecendo metas para diminuição das substâncias que atacam a camada de ozônio, em especial os clorofluorcarbonetos, os CFCs. Em 1992, durante a ECO 92, os países assumiram, pela primeira vez, o compromisso de diminuir os gases do efeito estufa e garantir um planeta mais sustentável para as próximas gerações. Durante este evento foi assinado a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e, neste mesmo ano, foi criada a Conferência das Partes com o intuito de coordenar as ações globais de combate à mudança climática. A primeira conferência aconteceu em Berlim, no ano de 1995, sendo que o primeiro tratado, o Protocolo de Kyoto, foi assinado em 1997. O acordo estabeleceu metas obrigatórias de redução na emissão de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos, com o objetivo de combater o aquecimento global. Em 2015, durante a 21ª Conferência das Partes, foi assinado o Acordo de Paris, que estabelece uma meta de limitar o aumento da temperatura global em 1,5°C, não podendo chegar a 2°C, substituindo as metas anteriormente estabelecidas em Kyoto.

Na COP 30, foi elaborado o Pacto de Belém, com 29 decisões aprovadas por 195 países e, mesmo sendo consideradas insuficientes, possuem foco no multilateralismo climático e na inclusão social. Entre elas, podemos destacar a inclusão das populações mais vulneráveis, como mulheres e crianças, bem como as comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas – nas soluções climáticas, assim como a nova meta estabelecida para o financiamento climático. O Fundo das Florestas Tropicais é outro acordo implementado na 30ª Conferência das Partes, bem como a formulação de 59 indicadores de monitoramento da meta global de adaptação. Há o que comemorar em relação a COP 30, mas também houve muitas frustrações, por parte dos especialistas, em relação aos compromissos dos líderes mundiais com o avanço das temperaturas



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

globais, assim como sobre a responsabilidades dos países mais poluidores e a vulnerabilidade das populações mais afetadas pela crise climática.

Iniciamos a apresentação do dossiê, "**Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**" da revista Artífices, com o artigo de Francesco Bonelli, "Governança ambiental no Semiárido baiano: redes intersetoriais, sustentabilidade e desafios estruturais", no qual analisa o sistema de gestão com múltiplos centros de tomada de decisão, especificamente na gestão ambiental do Semiárido da Bahia. O autor evidencia que, embora os arranjos envolvam múltiplos atores, a sustentabilidade tem sido promovida acima de tudo por instituições públicas e pela sociedade civil. No artigo, são apontados alguns avanços, como a geração e distribuição de renda, a conservação ambiental, bem como a segurança hídrica, mas também desafios como a fragilidade das estruturas executivas, a necessidade de maior articulação entre políticas públicas e práticas locais, além da necessidade de uma responsabilidade corporativa mais efetiva.

Em seguida, temos o artigo de Louis Edoa, "Mudanças climáticas, abordagens totalitárias e diversidade de vozes: desafios, hegemonias e alternativas na gestão da crise climática", no qual aborda a questão do totalitarismo na governança ambiental, que silencia as vozes do Sul Global, arquitetada pelas principais potências emissoras de gases de efeito estufa. O autor propõe uma abordagem que valorize a complexidade dos sistemas naturais e permita acolher saberes antagônicos com o intuito de ampliar as possibilidades de soluções possíveis na mitigação da crise climática global.

Na sequência, temos o artigo "Círculo do Amor: Projeto de intervenção psicossocial em escolas no contexto pós-enchentes no Rio Grande do Sul", de autoria de Henrique Streit, Mariane Gehlen Perin e Rossana Gueller Ruschel, tratando de abordagens psicossociais e psicopedagógicas em escolas do Rio Grande do Sul em contextos pós-catástrofes ambientais e como resposta ao 13º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU): a



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

promoção de mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz.

Na continuidade, temos “Ética, ruptura ontológica e justiça climática: o Balanço Ético Global (BEG), os painéis climáticos da ONU e os desafios institucionais da COP 30”, escrito por Rhadson Rezende Monteiro e José Rubens Morato Leite, no qual tratam do Balanço Ético Global, lançado em 2025, inspirado no Balanço Global do Acordo de Paris. O artigo analisa a iniciativa de incluir a ética na arquitetura multilateral do clima, buscando cobrir uma lacuna com a ausência de critérios normativos que norteiam a ação política diante da assimetria de responsabilidades, de injustiça ambiental e de desigualdades estruturais que permeiam a crise climática e ambiental contemporânea.

O próximo artigo é “A financeirização do cerrado brasileiro: Impactos socioambientais, dinâmicas econômicas e caminhos para a sustentabilidade”, de autoria de Alexandre Correia Fernandes e Marina Teixeira de Freitas, no qual discutem a financeirização do cerrado brasileiro, ou seja, a transformação desse recurso natural em *commodities* para o mercado global. São analisados os impactos socioambientais e econômicos da expansão do agronegócio, das monoculturas e da concentração fundiária como forma de intensificação da degradação ambiental, da perda de biodiversidade e da exclusão de comunidades tradicionais. Os autores são simpáticos à ideia de políticas públicas robustas, como planejamento territorial, incentivos fiscais e fortalecimento de redes sociotécnicas, enquanto maneiras essenciais para mitigar os impactos da financeirização. Por sua vez, os autores ainda defendem que a valorização de práticas sustentáveis e da participação comunitária são caminhos viáveis para conciliar desenvolvimento econômico, justiça social e conservação do bioma.

A Comissão Editorial da Revista Artífices também convidou especialistas para fazer um balanço sobre as Confederações das Partes, destacando os avanços e os desafios desde a sua primeira edição em Berlim, no ano de 1995, quando foram iniciadas as negociações para as metas de redução de gases de efeito estufa. Começamos



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

com a entrevista de Carlos Nobre que destaca a importância das ações conjuntas para o enfrentamento das crises climáticas. Ações ameaçadas, principalmente, pela falta de comprometimento da nação mais rica do planeta, os Estados Unidos da América: o maior emissor de gases de efeito estufa, cerca de 20%, bem como o maior mercado consumidor de produtos acabados. Contudo, o pesquisador também ressaltava outros obstáculos, como a dependência de outros países por combustíveis fósseis – carvão, petróleo, gás natural – além da ação predatória de alguns setores, com destaque para a agropecuária que responde por um volume elevado de desmatamento, bem como de emissão de gases.

Na sequência, temos a entrevista de Paulo Zangalli, que oferece um panorama crítico em relação às Conferências das Partes. Ele situa historicamente os avanços e os desafios, culminando, finalmente, em uma visão de defesa das utopias e de resistência aos processos de conformação dos interesses privados em nome de uma transformação ecossocial radical.

Por fim, entrevistamos Telma Lucia Bezerra Alves Aires, destacando a importância do Brasil nas Conferências das Partes, proposta na ECO 92, sediada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Segundo a pesquisadora, mesmo com uma trajetória relevante assumida pelo país, o Brasil ainda precisa melhorar os indicadores relacionados ao desmatamento dos biomas, bem como aproveitar com mais eficiência a matriz energética e elétrica baseada na diversificação de fontes que promovam a diminuição do uso dos combustíveis fósseis em território nacional.

Queremos agradecer a todos e a todas que tornaram possível o lançamento de mais um volume da Revista Artífices, em especial à Comissão Editorial, bem como aos autores que enviaram as suas publicações e aos entrevistados convidados para o volume. É importante destacar a participação dos revisores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, que garantem a qualidade e a clareza das nossas produções.